ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
DIRETORIA DE LOGÍSTICA E FINANÇAS

Contrato nº 64-19-CBMSC
Pregão Presencial nº 05-19-CBMSC

DE AQUISIÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR / FUNDO DE MELHORIA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - FUMCBM, E DO OUTRO LADO A EMPRESA **AUTARQUIA COMÉRCIO E SAÚDE ANIMAL LTDA EPP.**

O **ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do Corpo de Bombeiros Militar, com sede na Rua Almirante Lamego, nº 381, Centro, Florianópolis – SC, inscrito no CNPJ sob o nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado Contratante, com recursos provenientes do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros - FUMCBM, inscrito no CNPJ sob o nº 14.186.135/0001-06, representado neste ato pelo Senhor **Tenente Coronel BM Vandervan Nivaldo da Silva Vidal, Resp. P/ Diretoria de Logística e Finanças - DLF, portador do CPF nº 017.549.379-00** e de outro lado a empresa, **AUTARQUIA COMÉRCIO E SAÚDE ANIMAL LTDA EPP**, estabelecida na **Rua João Leite do Canto, nº 79, bairro Jardim Brasilândia, Sorocaba - SP, CEP 18.075-713, telefone (15) 3233-1091/3234-6299**, inscrita no **CNPJ sob o nº 07.764.000/0001-07**, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **Representante, Cintia Sanchez**, portador(a) do **CPF nº 262.189.558-18**, firmam o presente instrumento de contrato de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E SUA EXECUÇÃO

O presente Contrato tem por objetivo a **Aquisição de ração canina super premium para cães adultos, filhotes e idosos (acima de 8 anos) destinados ao serviço de cães de busca e resgate do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina**, conforme especificações constantes no Anexo Único, produto(s) esse(s) adjudicado(s) à CONTRATADA em decorrência do(a) **Pregão Presencial nº 05-19-CBMSC.**

§1º A qualidade e especificações do objeto fornecido deverá atender à legislação especial federal, estadual e/ou municipal aplicáveis.

§2º São partes integrantes deste contrato, como se transcritos estivessem, o presente edital de licitação, seus anexos, e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital SGP-e por VANDERVAN NIVALDO DA SILVA VIDAL em 21/03/2019 às 18:28:54, conforme IN nº 02/2011/SEA.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento/ e informe o processo CBMSC 00000340/2019 e o código H547CC9N.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR, DO PREÇO, DOS REEQUILÍBRIOS ECONÔMICO-FINANCEIROS, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO POR INADIMPLEMENTO.

Do Valor

I - O valor deste contrato é de **R$ 54.262,50** (**cinquenta e quatro mil e duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos**).

Do Preço

II - O preço dos produtos serão praticados conforme valores especificados no Anexo Único.

III - Do reajuste de preço – O preço estabelecido é irreajustável, durante a vigência do presente contrato, e inclui todos e quaisquer ônus, quer sejam tributário, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto do contrato;

IV - A revisão dos preços poderá ser concedida, pelo CONTRATANTE, a partir da análise e discussão de documento que demonstre a alteração dos custos, a ser encaminhada pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea "d" da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e art. 2º do Decreto Estadual nº 968, de 16 de maio de 2012 (análise do Grupo Gestor de Governo), da forma como segue:
a) solicitação por escrito ao Diretor da DLF, através de carta registrada, com aviso de recebimento – AR, devendo comprovar o aumento dos encargos através de planilha de custos.

Das Condições de Pagamento

§ 1º A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor devido, por intermédio do Banco do Brasil, em no máximo 30 (trinta) dias, de acordo com o artigo 40, inciso XIV, alínea "a" da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, a contar da data de recebimento e aceitação definitiva do(s) produto(s) pelo gestor do contrato, constada no verso da nota fiscal/fatura, respeitado ainda o cronograma de pagamento fixado pela Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 2º A nota fiscal/fatura deverá ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos relacionados no item HABILITAÇÃO (envelope de nº 1) do Edital, e constar em seu teor o número do empenho e/ou Autorização de Fornecimento, do contrato, do processo licitatório e o endereço da organização onde o produto for entregue, bem como ser emitida em favor da CONTRATANTE, CNPJ sob o nº 14.186.135/0001-06, conforme uma das opções abaixo:
I - em nome do **Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros**; ou
II - em nome do **FUMCBM**.

§ 3º No documento fiscal referente à aquisição de mercadorias ou prestação de serviços deverão ser observados, nas operações internas, os benefícios de isenção de ICMS previstos no Anexo 2 – Benefícios Fiscais, Capítulo I – Das Isenções, do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 2.870 de 27 de agosto de 2001, e suas alterações, como segue:
a) o objeto deste Contrato goza de isenção do ICMS, condicionado ao desconto no preço unitário do item, do valor equivalente ao imposto dispensado e à indicação do valor do desconto no respectivo documento fiscal de venda, conforme dispõe o artigo 1º, inciso XI, do Anexo 2, do Regulamento do ICMS do Estado de Santa Catarina, aprovado pelo Decreto estadual nº 2.870 de 27 de agosto de 2001, com amparo no Convênio ICMS nº 26/03;

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital SGP-e por VANDERVAN NIVALDO DA SILVA VIDAL em 21/03/2019 às 18:28:54, conforme IN nº 02/2011/SEA.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento/ e informe o processo CBMSC 00000340/2019 e o código H547CC9N.

b) **a isenção do ICMS** na aquisição de mercadorias por órgãos ou entidade da Administração Pública Estadual **alcança apenas fornecedores catarinenses;**
c) também goza de isenção o transporte das mercadorias adquiridas pela Administração Pública Estadual, nos termos do artigo 5º, inciso VI, do Anexo 2 supramencionado, caso em que também deverá ser indicado o desconto no documento fiscal respectivo.

§ 4º O pagamento será liberado, caso o valor ultrapasse a R$ 4.000,00 (quatro mil reais), mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Estadual de Santa Catarina e, se for o caso, do estado em que for sediada a CONTRATADA, conforme Decretos Estaduais/SC nº 3.650, de 27 de maio de 1993 e nº 3.884, de 24 de agosto de 1993.

§ 5º A nota fiscal deverá vir acompanhada do Termo de Recebimento Definitivo, se for o caso.

§ 6º A apresentação da nota fiscal contrariando as exigências enunciadas nos §§ 2º, 3º e 4º acima implica na suspensão do pagamento, gerando sua devolução para correção, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

§ 7º Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à CONTRATANTE ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

§ 8º O pagamento da fatura será sustado se verificada execução defeituosa do contrato, e enquanto persistirem restrições quanto ao fornecimento efetivado, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

§ 9º Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

§ 10º O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

Da Atualização por Inadimplemento

§ 11º Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, os valores, poderão, se requeridos formalmente, ser corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea "c", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA, PRAZOS, LOCAL DE ENTREGA, GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

I - O prazo de vigência deste instrumento é de 12 (doze) meses a contar da data da última assinatura digital deste ajuste, sem prejuízo do prazo de garantia, observada a vigência do correspondente crédito orçamentário.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital SGP-e por VANDERVAN NIVALDO DA SILVA VIDAL em 21/03/2019 às 18:28:54, conforme IN nº 02/2011/SEA.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento/ e informe o processo CBMSC 00000340/2019 e o código H547CC9N.

II – O prazo de entrega do produto será até **30 (trinta) dias após recebimentos da requisição.**

III - O prazo para substituir o objeto, prestar assistência técnica e concluir os reparos é de no máximo **5 (cinco) dias**, a partir da comunicação de defeito feita pelo Contratante, devendo ser realizada no horário de expediente.

IV - A garantia dos objetos deste contrato contra quaisquer defeitos de fabricação compreendendo, a substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias, é de **12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento definitivo.

V - Dos objetos:

1) O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) no(a):

a) Xanxerê: Almoxarifado da OBM em Xanxerê, sito à Avenida Brasil, nº 2685, bairro Castelo Branco, Xanxerê - SC, CEP: 89.820-000, telefone: (49) 3433-9453;

b) Araranguá: Almoxarifado da OBM em Araranguá, sito à Rua Jorge Lacerda, nº 1229, bairro Alto Feliz, Araranguá - SC, CEP: 88.900-000, telefone: (48) 3524-2000;

c) Brusque: Almoxarifado da OBM em Brusque, sito à Rua Avenida Arno Carlos Gracher, nº 412, bairro Centro, Brusque - SC, CEP: 88.350-310, telefone: (47) 3251-8212;

d) Itajaí: Almoxarifado da OBM em Itajaí, sito à Avenida 7 de Setembro, nº 1878, bairro Fazenda, Itajaí - SC, CEP: 88.301-202, telefone: (47) 3348-1621;

e) Curitibanos: Almoxarifado da OBM em Curitibanos, sito à Rua Altino Gonçalves Farias, nº 1500, bairro São Francisco, Curitibanos - SC, CEP: 89.520-000, telefone (49) 3245-7500;

f) São Miguel do Oeste: Almoxarifado da OBM em São Miguel do Oeste, sito à Rua Florianópolis, nº 1450, bairro Centro, São Miguel do Oeste - SC, CEP: 89.900-000, telefone: (49) 3631-3400;

g) Lages: Almoxarifado da OBM de Lages, sito a Rua Mato Grosso, nº 171, bairro São Cristovão, Lages - SC, CEP: 88.509-220, telefone: (49) 3289-8345

h) Blumenau: Almoxarifado da OBM em Blumenau, sito a Rua Sete de Setembro, nº 2880, bairro Centro, Blumenau - SC, CEP: 89.012-401, telefone: (047) 3378-8660

i) Canoinhas: Almoxarifado da OBM de Canoinhas, sito a Rua Barão do Rio Branco, 440, bairro Centro, Canoinhas - SC, CEP: 89.460-000, telefone: (047) 3627-4271, em dia útil no horário compreendido entre 1300h e 1900h.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital SGP-e por VANDERVAN NIVALDO DA SILVA VIDAL em 21/03/2019 às 18:28:54, conforme IN nº 02/2011/SEA.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento/ e informe o processo CBMSC 00000340/2019 e o código H547CC9N.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento do presente contrato correrá à conta dos recursos consignados no Orçamento do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros - **FUMCBM, CNPJ nº 14.186.135/0001-06 – Fonte 0.1.11 / 0.3.11, Subação 14076, Item Orçamentário 3.3.90.30.06**.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Da CONTRATADA

I – Obriga-se a CONTRATADA:

a) ao cumprimento integral do objeto deste contrato;

b) ao fornecimento do objeto deste contrato, em consonância com o processo licitatório e de acordo com as especificações constantes no Anexo Único deste instrumento, com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

c) entregar o(s) bem(ns) adquirido(s) no prazo e local especificados na Cláusula Terceira, dentro de sua(s) embalagem(ns) individual(ais) original(ais) e lacradas; estas por sua vez em caixas de papelão próprias para este fim, bem como atender às determinações da CONTRATANTE;

d) apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência do(s) bem(ns) adquirido(s), sem qualquer ônus adicional;

e) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste contrato;

f) solicitar a prorrogação do prazo previsto na Cláusula Terceira até o vencimento, desde que justifique e comprove suas alegações; vencido o prazo para entrega sem o cumprimento da obrigação, será enviado à empresa comunicado, por escrito, concedendo um prazo de 5 (cinco) dias para regularização do fornecimento ou apresentação de defesa prévia;

g) manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no processo licitatório;

h) permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo CONTRATANTE ao local de fornecimento do(s) objeto(s);

i) a estender a este contrato, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da CONTRATADA;

j) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas diretas e indiretas decorrentes do fornecimento/prestação dos serviços, tais como fretes, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto deste instrumento;

k) responsabilizar-se civil e criminalmente por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de dolo, imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE ou qualquer outro órgão fiscalizador.

l) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência do fornecimento;

m) reparar, corrigir, remover, reconstruir e substituir, no todo ou em parte, às suas expensas, no prazo constante na Cláusula Terceira, à partir da intimação, os bem(ns) que for(em) recusados por apresentarem-se danificado(s)/defeituoso(s), resultantes da fabricação ou da execução do fornecimento, com prazos de validade vencidos, se for o caso, ou que estiverem em desacordo com o disposto no edital e seus anexos. Aplica-se o disposto nesta alínea aos bem(ns) adquirido(s) que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções durante o período de garantia;

n) responder pelos danos que porventura venha a ocasionar a equipamentos em razão da qualidade do(s) bem(ns) adquirido(s) ser(em) inadequado(s), sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

o) arcar com todas as obrigações tributárias e previdenciárias oriundas desta contratação;

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital SGP-e por VANDERVAN NIVALDO DA SILVA VIDAL em 21/03/2019 às 18:28:54, conforme IN nº 02/2011/SEA.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento/ e informe o processo CBMSC 00000340/2019 e o código H547CC9N.

p) arcar com o ônus, quando forem constatadas irregularidades, de acordo com os termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e com a Legislação de Defesa do Consumidor;
q) fornecer, mediante solicitação escrita, todas as informações julgadas relevantes pelo CONTRATANTE;
r) comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
s) realizar os serviços de montagem/entrega nos horários determinados pela CONTRATANTE. A instalação/entrega poderá ocorrer no período da tarde, noite ou em finais de semana, para que não haja interferência no expediente normal de trabalho, desde que previamente autorizado pelo CONTRATANTE;
t) prestar assistência durante o período de garantia, contada a partir da data do recebimento definitivo do objeto, consubstanciada na manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, com a periodicidade definida pelo fabricante, na instalação e aceite dos equipamentos em questão;
u) fornecer, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, quaisquer componentes adicionais, necessários ao perfeito fornecimento do(s) bem(ns) adquirido(s);
v) enviar ao CONTRATANTE, caso haja a necessidade de instalação do(s) bem(ns) adquirido(s), relação nominal e dados documentais de todos os funcionários que trabalharão na execução dos serviços, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início dos trabalhos. Qualquer alteração na relação dos funcionários deverá ser imediatamente comunicada ao CONTRATANTE;
x) manter a disciplina entre o seu pessoal, fazendo-o cumprir, na execução dos serviços, as normas legais sobre segurança contra riscos de acidentes, se for o caso;
y) manter a execução dos serviços em ritmo adequado e eficiente, se for o caso;
z) montar o(s) bem(ns) adquirido(s) e deixá-lo(s) em perfeita(s) condição(ões) de uso, se for o caso;
aa) entregar manuais técnicos, certificados e garantia original do fabricante, redigido em português, ou traduzido para o português, se for o caso, bem como todos e quaisquer documentos relacionados ao(s) bem(ns) fornecido(s) - individualmente;
ab) emitir notas fiscais eletrônica, conforme determina a legislação vigente;
ac) outras obrigações específicas descritas no Anexo Único, se for o caso.

Da CONTRATANTE

II – Obriga-se o CONTRATANTE:
a) prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
b) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de seus representantes;
c) notificar, por escrito, à CONTRATADA a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto deste Termo, para que sejam tomadas providências em face de quaisquer irregularidades;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de readequação dos preços contratados, visando a equiparação aos preços;
e) efetuar pagamento à CONTRATADA de acordo com a forma e prazo estabelecido na cláusula segunda.

§ 1º O inadimplemento das obrigações previstas no presente Contrato, ou a ocorrência de quaisquer das situações descritas no Art. 78 da Lei nº 8.666/93, será comunicada pela parte prejudicada à outra, mediante notificação por escrito, entregue diretamente ou por via postal, com Aviso de Recebimento, a fim de que seja providenciada a regularização nos termos do Parágrafo Único do artigo 78.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL POR ADITAMENTO

§ 1º O Contrato a ser celebrado poderá ser alterado, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital SGP-e por VANDERVAN NIVALDO DA SILVA VIDAL em 21/03/2019 às 18:28:54, conforme IN nº 02/2011/SEA.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento/ e informe o processo CBMSC 00000340/2019 e o código H547CC9N.

§ 2º O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário até 25% do valor atualizado do contrato, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei, com assento no Capítulo III, Seção V, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos seguintes casos:

I – por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

II – amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, mediante formalização através de aviso com antecedência mínima de 30 dias, não cabendo indenização de qualquer das partes, exceto para pagamento dos fornecimentos comprovadamente prestados;

III – judicialmente, na forma da legislação vigente;

IV – a rescisão contratual determinada por ato unilateral, em que constatado o descumprimento do avençado, acarreta as seguintes consequências para a CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas:

a) execução dos valores das multas e indenizações devidas à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Decreto Estadual nº 2617, de 16 de setembro de 2009, quais sejam:

I – Advertência

II – Multa:

a) 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

b) 10% (dez por cento) em caso de não entrega do produto, não conclusão do serviço ou rescisão contratual, por culpa da CONTRATADA, calculado sobre a parte inadimplente;

c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

III – Suspensão:

a) por até 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;

b) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;

c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;

d) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no inciso II.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital SGP-e por VANDERVAN NIVALDO DA SILVA VIDAL em 21/03/2019 às 18:28:54, conforme IN nº 02/2011/SEA.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento/ e informe o processo CBMSC 00000340/2019 e o código H547CC9N.

graves apuradas por intermédio de processo administrativo.
V – Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou CONTRATADA, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas às justificativas da licitante ou CONTRATADA, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
VI – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/CONTRATADA.
VII – Nenhum pagamento será realizado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
VIII - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra, bem como não impede que concomitantemente sejam aplicadas outras penalidades previstas na Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993.
IX - A multa será descontada dos créditos da CONTRATADA ou por outra forma de cobrança administrativa ou judicial, se for o caso, e em ultrapassando os créditos do contrato, seu valor será atualizado e compensado financeiramente, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação.
X - O atraso para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega dos produtos.
XI - No caso da CONTRATADA não aceitar a ordem de fornecimento ou ocorrer qualquer atraso na entrega dos produtos, sem prévia e expressa justificativa, será considerado como recusa e, independentemente das multas previstas nos itens anteriores, poderá, a critério da Contratante, dar causa ao cancelamento da notificação, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento de perdas e danos, honorários advocatícios e demais cominações legais, podendo então os demais licitantes ser convocados por ordem de classificação enquanto houver conveniência para a Contratante.
§ 1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
§ 2º As sanções previstas nos incisos I, II e III desta cláusula são de competência do Diretor da DLF, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
§ 3º A sanção administrativa prevista no inciso IV, por força do art. 87, § 3º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Administração, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO

Vincula-se o presente Contrato às disposições da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337 de 5 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, alterações posteriores, demais normas legais federais e estaduais vigentes, o Edital do Pregão Presencial nº 05-19-CBMSC, à proposta da CONTRATADA.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital SGP-e por VANDERVAN NIVALDO DA SILVA VIDAL em 21/03/2019 às 18:28:54, conforme IN nº 02/2011/SEA.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento/ e informe o processo CBMSC 00000340/2019 e o código H547CC9N.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FISCAL E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

I - Os Fiscais do contrato são os **Comandantes das OBMs:**

a) Xanxerê: Telefone: (49) 3382-2227 – e-mail: 14_cmt@cbm.sc.gov.br;

b) Araranguá: Telefone: (48) 3529-0358 – e-mail: 43cmt@cbm.sc.gov.br;

c) Brusque: Telefone: (47) 3251-8213 – e-mail: 33cmt@cbm.sc.gov.br;

d) Itajaí: Telefone: (47) 3398-6527 – e-mail: 7cmt@cbm.sc.gov.br;

e) Curitibanos: Telefone: (47) 3412-3137 – e-mail: 2cmt@cbm.sc.gov.br;

f) São Miguel do Oeste: Telefone: (49) 3631-3412 – e-mail: 12_cmt@cbm.sc.gov.br;

h) Lages: Telefone: (49) 3289-8320 – e-mail: 5cmt@cbm.sc.gov.br;

h) Blumenau: Telefone: (047) 3378-8660 – e-mail: 3cmt@cbm.sc.gov.br

i) Canoinhas: Telefone: (047) 3627-4271 – e-mail: 9cmt@cbm.sc.gov.br

Devendo solicitar, conferir, receber e controlar o objeto, em conformidade com a qualidade, quantidades e saldo para pagamento. Essa competência poderá ser delegada para outro servidor bombeiro militar, desde que essa delegação seja publicada em Boletim Interno próprio ou do quartel a que estiver subordinado, além de ser indispensável a ciência por escrito do servidor que recebeu a delegação, como também a comunicação formal à DLF da substituição do gestor do contrato.

II - O recebimento do objeto deste contrato ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso II, "a" e "b", da Lei 8.666/93 e alterações, sendo que a conferência e o recebimento ficarão sob as responsabilidades de Servidor e/ou Comissão, podendo ser:
a) provisoriamente, mediante recibo na Nota Fiscal por servidor(es) designado(s) pelo gestor do contrato, no ato da entrega dos produtos, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações; e
b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, por uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pelo Diretor de Logística e Finanças do CONTRATANTE, nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, conforme exigência do §8º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, ou mediante recibo, pelo gestor, nos demais casos.

§ 1º Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este artigo não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.
§ 2º Os objetos contratados deverão ser desembalados e conferidos por técnicos capacitados da CONTRATADA. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os produtos foram entregues em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à Contratada serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital SGP-e por VANDERVAN NIVALDO DA SILVA VIDAL em 21/03/2019 às 18:28:54, conforme IN nº 02/2011/SEA.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento/ e informe o processo CBMSC 00000340/2019 e o código H547CC9N.

sanada a situação.
§ 3º Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, será lavrado Termo de Recusa, no qual deverão ser descritas as divergências, e comunicado a CONTRATADA para que no prazo constante na Cláusula Terceira, contados do recebimento do comunicado expedido pelo gestor, sane os problemas detectados e, se for o caso, substitua o(s) produto(s) entregue(s) por outro compatível com a proposta apresentada, nos termos do objeto deste contrato.
§ 4º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento e/ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
§ 5º Nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor ou por uma comissão, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. Os representantes do CONTRATANTE, sob pena de serem responsabilizados administrativamente, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em 10 (dez) dias corridos para a adoção das medidas convenientes.
§ 6º A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-la na execução do contrato.
§ 7º A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
§ 8º A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
§ 9º O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO
Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução do presente contrato.
E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Florianópolis.

Vandervan Nivaldo da Silva Vidal - Ten Cel
CONTRATANTE

CINTIA SANCHEZ
CONTRATADA

Testemunhas:

ASSINATURA
Nome completo: Fernando A. Pecoraro
CPF: 259557978-90
Testemunha 1

ASSINATURA
Nome completo: Deborah C. N. B. Ribeiro
CPF: 364.245.748-75
Testemunha 2

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital SGP-e por VANDERVAN NIVALDO DA SILVA VIDAL em 21/03/2019 às 18:28:54, conforme IN nº 02/2011/SEA.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento/ e informe o processo CBMSC 00000340/2019 e o código H547CC9N.

ANEXO "ÚNICO" AO CONTRATO

1. QUADRO QUANTITATIVO

ITEM	CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS	UNID	QTDE	MARCA MODELO	VALOR UNIT	TOTAL
01	Ração Super Premium para **cães adultos**	Kg	2190	**Royal Canin Maxi Adult**	R$ 9,90	R$ 21.681,00
02	Ração Super Premium para **cães filhotes**	Kg	1460	**Royal Canin Maxi Junior**	R$ 10,50	R$ 15.330,00
03	Ração Super Premium para **cães idosos +8**	KG	1643	**Royal Canin Maxi Ageing 8+**	R$ 10,50	R$ 17.251,50
					VALOR TOTAL	**R$ 54.262,50**

2. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:

2.1 ITEM 01 – RAÇÃO SUPER PREMIUM PARA CÃO ADULTO

2.1.1. **indicação:** Cães adultos de todos os portes e raças, a partir de um ano idade;
2.1.2. **Na composição básica deverá conter no mínimo:**
2.1.2.1. Ovo em pó desidratado,
2.1.2.2. Milho integral moído.
2.1.2.3. Óleo de Peixe
2.1.2.4. Proteína suína
2.1.2.5. Levedura Seca de Cerveja,
2.1.2.6. Polpa de Beterraba
2.1.2.7. Gordura de Frango
2.1.2.8. Vitaminas (A, C, D3, E, B2, B6, B12)
2.1.3. **Níveis de mínimos de garantia por quilograma de produto:**
2.1.3.1. Proteína bruta mínima 26%
2.1.3.2. Extrato etéreo mínimo 12 %
2.1.3.3. Matéria Fibrosa máximo de 3%,
2.1.3.4. Matéria Mineral maximo 6,5 g/kg (6,5%),
2.1.3.5. Cálcio maximo 12 g/kg (1,2%),
2.1.3.6. Energia metabolizável mínima 4000 kcal/kg
2.1.4. E**nriquecimentos mínimo por quilograma do produto mínimo:**
2.1.4.1. Vitamina E (380 UI),
2.1.4.2. Ácido Ascórbico (Vitamina C) (52 mg),
2.1.4.3. Vitamina A (18000 UI),
2.1.4.4. Ácido Pantotênico (25 mg),
2.1.4.5. Biotina(0,44 mg),
2.1.4.6. Vitamina B12 (80 µg),
2.1.4.7. Niacina (16 mg),
2.1.4.8. Vitamina D3 (1200 UI),
2.1.4.9. Ácido Fólico (1 mg),
2.1.4.10. Colina(700 mg),
2.1.4.11. Cobre (13 mg),
2.1.4.12. Iodo (2,6 mg),

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital SGP-e por VANDERVAN NIVALDO DA SILVA VIDAL em 21/03/2019 às 18:28:54, conforme IN nº 02/2011/SEA.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento/ e informe o processo CBMSC 00000340/2019 e o código H547CC9N.

2.2 ITEM 02 – RAÇÃO SUPER PREMIUM PARA CÃO FILHOTE

2.2.1 Na composição básica deverá conter no mínimo:

2.2.1.1 Farinha de vísceras de aves,
2.2.1.2 DL-metionina,
2.2.1.3 Milho integral moído,
2.2.1.4 quirera de arroz,
2.2.1.5 Gordura de frango,
2.2.1.6 Polpa de beterraba,
2.2.1.7 Gordura suína,
2.2.1.8 Óleo vegetal,
2.2.1.9 Óleo de peixe refinado,
2.2.1.10 Glúten de trigo,
2.2.1.11 Ovo desidratado,
2.2.1.12 Parede celular de levedura (MOS),
2.2.1.13 Fruto-oligossacarídeos,
2.2.1.14 Sulfato de condroitina,
2.2.1.15 Hidrocloreto de glucosamina,
2.2.1.16 vitaminas (A, C, E, D3, B1, B2,B6, B12),
2.2.1.17 levedura seca de cervejaria,
2.2.1.18 manganês
2.2.1.19 taurina,

2.2.2 Níveis de garantia mínimo por quilograma de produto:

2.2.2.1 Umidade (máx.): 10 %
2.2.2.2 Proteína Bruta (mín.): 30%
2.2.2.3 Extrato Etéreo (mín.): 14%
2.2.2.4 Matéria Fibrosa (máx.): 2,8%
2.2.2.5 Matéria Mineral (máx.): 7,3%
2.2.2.7 Cálcio (máx.): 1,2%,
2.2.2.8 Fósforo (mín.): 0,6%
2.2.2.9 Sódio (mín.): 0,30 %
2.2.210 Cloro (mín.): 0,50%
2.2.2.11 Potássio (mín.): 0,40%
2.2.2.12 Manganês (min): 55 mg/kg,
2.2.2.13 Zinco (min): 180 mg/kg.
2.2.2.14 Taurina (mín): 1500 mg/kg (0,15%),
2.2.2.15 Vitamina A (min): 19000 UI/kg,
2.2.2.16 Cobre (min): 13 mg/kg,
2.2.2.17 Ferro (min): 215 mg/kg,
2.2.3 Energia metabolizável mínima: 3.900 kcal/kg
2.2.4 Enriquecimentos por quilograma do produto (mín.):
2.2.4.1 Vitaminas:
2.2.4.1.2 D3: 1100 UI,
2.2.4.1.3 E: 500 UI,
2.2.4.1.4 C: 200 mg,
2.2.4.1.5 B1: 4,5mg,
2.2.4.1.6 B2: 4,0 mg,
2.2.4.1.7 B5: 27 mg,

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital SGP-e por VANDERVAN NIVALDO DA SILVA VIDAL em 21/03/2019 às 18:28:54, conforme IN nº 02/2011/SEA.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento/ e informe o processo CBMSC 00000340/2019 e o código H547CC9N.

2.2.4.1.8 B6: 8 mg,
2.2.4.1.9 B9: 0,7 mg,
2.2.4.1.10 B12: 80 µg,
2.2.4.1.11 Niacina: 15 mg,
2.2.4.1.12 Biotina: 1,00 mg,
2.2.4.1.13 Colina: 900 mg.

2.3 ITEM 03: RAÇÃO SUPER PREMIUM PARA CÃES IDOSOS (+8 ANOS)
2.3.1. Na composição básica deverá conter no mínimo:
2.3.1.1. Farinha de vísceras de aves
2.3.1.2. Milho integral moído
2.3.1.3. Quirera de arroz
2.3.1.4. Farinha de trigo
2.3.1.5. Farelo de glúten de milho
2.3.1.6. Gordura suína
2.3.1.7. Gordura de frango
2.3.1.8. Farinha de torresmo
2.3.1.9. Polpa de beterraba
2.3.1.10. Tomate desidratado
2.3.1.11. Casca de ervilha
2.3.1.12. Óleo de peixe refinado
2.3.1.13. Glúten de trigo
2.3.1.14. Casca de psyllium
2.3.1.15. Óleo de borragem
2.3.1.16. Óleo de soja refinado
2.3.1.17. Levedura seca de cervejaria
2.3.1.18. Sulfato de condroitina
2.3.1.19. Hidrocloreto de glicosamina
2.3.1.20. Cloreto de sódio (sal comum)
2.3.1.21. Cloreto de potássio
2.3.1.22. Sorbato de potássio
2.3.1.23. Fosfato monocálcico
2.3.1.24. Fruto-oligossacarídeos
2.3.1.25. Zeolita
2.3.1.26. Extrato de chá verde
2.3.1.27. Extrato de marigold
2.3.1.28. Vitaminas (A, C, E, D3, B1, B2, B6, B12, PP)
2.3.1.29. Ácido pantotênico
2.3.1.30. Biotina
2.3.1.31. Ácido folico
2.3.1.32. Carbonato de cálcio
2.3.1.33. Cloreto de colina
2.3.1.34. Inositol
2.3.1.35. Sulfato de ferro
2.3.1.36. Sulfato de cobre
2.3.1.37. Óxido de manganês
2.3.1.38. Óxido de zinco
2.3.1.39. Iodato de cálcio
2.3.1.40. Levedura enriquecida com selênio
2.3.1.41. Cobre aminoácido quelato

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital SGP-e por VANDERVAN NIVALDO DA SILVA VIDAL em 21/03/2019 às 18:28:54, conforme IN nº 02/2011/SEA.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento/ e informe o processo CBMSC 00000340/2019 e o código H547CC9N.

2.3.1.42. Manganês aminoácido quelato
2.3.1.43. Zinco aminoácido quelato
2.3.1.44. Taurina
2.3.1.45. Tirosina
2.3.1.46. L-triptofano
2.3.1.47. L-carnitina
2.3.1.48. Palatabilizante à base de fígado de frango
2.3.1.49. Antioxidante (BHA)

2.3.2 Níveis de garantia por quilograma de produto:

2.3.2.1.Umidade (máx.): 110 g/kg (11%)
2.3.2.2.Proteína Bruta (mín.): 250 g/kg (25%)
2.3.2.3.Extrato Etéreo (mín.): 150 g/kg (15%)
2.3.2.4.Matéria Fibrosa (máx.): 36 g/kg (3,6%)
2.3.2.5.Matéria Mineral (máx.): 66 g/kg (6,6%)
2.3.2.6.Cálcio (mín.): 6400 mg/kg (0,64%)
2.3.2.7.Cálcio (máx.): 9600 mg/kg (0,96%)
2.3.2.8.Fósforo (mín.): 4800 mg/kg (0,48%)
2.3.2.9.Sódio (mín.): 2800 mg/kg (0,28%)
2.3.2.10.Cloro (mín.): 6000 mg/kg (0,60%)
2.3.2.11.Potássio (mín.): 5600 mg/kg (0,56%)
2.3.2.12.Magnésio (mín.): 400 mg/kg (0,04%)
2.3.2.13.Taurina (mín.): 1440 mg/kg (0,144%)
2.3.2.14.Tirosina (mín.): 8100 mg/kg (0,81%)
2.3.2.15.L-Carnitina (mín.): 100 mg/kg (0,01%)
2.3.2.16.L-Triptofano (mín.): 2340 mg/kg (0,234%)
2.3.2.17.EPA (mín.): 1400 mg/kg (0,14%)
2.3.2.18.DHA (mín.): 2600 mg/kg (0,26%)

2.3.3: **ENERGIA METABOLIZÁVEL MÍNIMA**: 3.897 kcal/kg

2.3.4.ENRIQUECIMENTOS POR QUILOGRAMA DO PRODUTO (MÍN.):

2.3.4.1. VITAMINAS:
2.3.4.1.1. A: 29600 UI
2.3.4.1.2. D3: 800 UI
2.3.4.1.3. E: 600 UI
2.3.4.1.4. C: 200 mg
2.3.4.1.5. B1: 27,1 mg
2.3.4.1.6. B2: 48,9 mg
2.3.4.1.7. B6: 76,1 mg
2.3.4.1.8. B12: 140 µg),g
2.3.4.1.9. PP: 490 mg
2.3.4.1.10. Ácido pantotênico: 145,92 mg
2.3.4.1.11. Ácido fólico: 13,7 mg
2.3.4.1.12. Biotina: 3,09 mg
2.3.4.1.13. Colina: 1200 mg
2.3.4.1.14. Inositol: 1100 mg
2.3.4.2. MINERAIS:
2.3.4.2.1. Cobre: 13 mg
2.3.4.2.2. Ferro: 40 mg
2.3.4.2.3. Manganês: 55 mg
2.3.4.2.4. Iodo: 4 mg
2.3.4.2.5. Zinco: 165 mg

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital SGP-e por VANDERVAN NIVALDO DA SILVA VIDAL em 21/03/2019 às 18:28:54, conforme IN nº 02/2011/SEA.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento/ e informe o processo CBMSC 00000340/2019 e o código H547CC9N.

2.4 Para todos os itens devem-se seguir os seguintes critérios:
2.4.1. não conter corantes ou aromatizantes artificiais,
2.4.2. não conter fécula de mandioca,
2.4.3. não conter carne bovina ou seus sub-produtos,
2.4.4. deverá conter em sua formulação de 3 a 5 fontes de proteínas de origem animal,
2.4.5. não será permitido em sua composição eventuais substitutivos;
2.4.6. não serão aceitos produtos em embalagens com rótulos adesivos, removíveis ou que se apagam com facilidade.
2.4.7 As empresas deverão apresentar, em conjunto com o documento de proposta de preços no Envelope no 1, os seguintes documentos para fins de comprovação da qualidade supra descrita:
2.4.8 Registro do fabricante da ração no Ministério da Agricultura em vigor,
2.4.9 Teste de digestibilidade in vivo do produto ofertado com ao menos 80% de digestibilidade comprovados.

3. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1. O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) na(o) endereço completo da OBM (conforme abaixo) no horário compreendido entre 13:00 às 18:00h e nas quantidades a ser solicitada pelo gestor do contrato.

a) Xanxerê: Comandante da OBM.
Almoxarifado da OBM de Xanxerê, sito a Avenida Brasil, 2685,
Castelo Branco - Xanxerê - CEP 89.820-000, fone (49) 3433-9453;

b) Araranguá: Comandante da OBM.
Almoxarifado da OBM de Araranguá, sito a Rua Jorge Lacerda, 1229,
Alto Feliz - Araranguá - CEP 88.900-000, fone (48) 3524-2000.

c) Brusque: Comandante da OBM.
Almoxarifado da OBM de Brusque, sito a Rua Avenida Arno Carlos Gracher, 412,
Centro 1 - Brusque - SC, 88.350-310, fone (47) 3251-8212

d) Itajaí: Comandante da OBM.
Almoxarifado da OBM de Itajaí, sito a Avenida 7 de Setembro, 1878,
Fazenda - Itajaí - CEP 88.301-202, fone (47) 3348-1621;

e) Curitibanos: Comandante da OBM.
Almoxarifado da OBM de Curitibanos, sito a Rua Altino Gonçalves Farias, 1.500,
São Francisco - Curitibanos - CEP 89.520-000, fone (49) 3245-7500;

f) São Miguel do Oeste: Comandante da OBM.
Almoxarifado da OBM de São Miguel do Oeste, Rua Florianópolis, 1450,
Centro - São Miguel Do Oeste - CEP 89.900-000, fone (49) 3631-3400;

g) Lages: Comandante da OBM.
Almoxarifado da OBM de Lages, sito a Rua Mato Grosso, 171, São Cristovão - Lages - Cep 88.509-220, fone (49) 3289-8329.

h) Blumenau: Comandante da OBM.
Almoxarifado da OBM de Blumenau, sito a Rua Sete de Setembro, 2880, Bairro: Centro, Blumenau – SC, CEP: 89.012-401 - Telefone: (047) 3378-8660

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital SGP-e por VANDERVAN NIVALDO DA SILVA VIDAL em 21/03/2019 às 18:28:54, conforme IN nº 02/2011/SEA.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento/ e informe o processo CBMSC 00000340/2019 e o código H547CC9N.

i) Canoinhas: Comandante da OBM.
Almoxarifado da OBM de Canoinhas, sito a Rua Barão do Rio Branco, 440, Bairro: Centro, Canoinhas – SC, CEP: 89.460-000, fone: (047) 3627-4271

4. DOS PRAZOS, DA GARANTIA E DO RECEBIMENTO

4.1. O(s) produtos(s) deverá(ão) ser entregue(s) mediante requisição prévia ao fornecedor, em até 30 (trinta) dias do recebimento da requisição em minímo 3 (três) parcelas, nos Almoxarifados de cada OBM atendida, conforme Quadro Quantitativo de Distribuição previsto no item 1. no endereço descrito no Item 4, ambos do Anexo I deste Edital, no horário compreendido entre 1300h e 1800h, observadas as seguintes condições:
4.1.1. o recebimento provisório ocorrerá por ocasião da entrega do(s) produto(s) no local indicado, mediante assinatura do responsável pelo órgão; e
4.1.2. o(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) dentro de sua(s) embalagem(ns) individual(ais) original(ais) e lacrada próprias para este fim; e
4.1.3. o texto e demais exigências legais previstas devem estar em conformidade com a legislação do Código de Defesa do Consumidor e legislação específica no que couber.
4.2. O recebimento do objeto deste contrato ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso II, "a" e "b", da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, sendo que a conferência e o recebimento ficarão sob as responsabilidades de Servidor e/ou Comissão de Recebimento do Almoxarifado, podendo ser:
4.2.1. provisoriamente, mediante recibo na Nota Fiscal por servidor(es) designado(s) pelo gestor do contrato, no ato da entrega dos produtos, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações; e
4.2.2. definitivamente, conforme exigência do §8º do artigo 15 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, pelo gestor ou por uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela Diretoria de Logística e Finanças do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material.
4.3. Caso o(s) bem(ns) não esteja(m) de acordo com os termos da proposta apresentada, será(ão) o(s) mesmo(s) devolvido(s).
4.4. Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, terá a CONTRATADA o prazo de até 5 (cinco) dias corridos, contado a partir do recebimento do comunicado expedido pelo gestor para sanar os problemas detectados e, se for o caso, substituir o produto entregue por outro compatível com a proposta apresentada, nos termos do objeto deste contrato.
4.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento e/ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
4.6. Nos termos do artigo 67 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor ou por uma comissão, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. Os representantes do CONTRATANTE, sob pena de serem responsabilizados administrativamente, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em 10 (dez) dias corridos para a adoção das medidas convenientes.
4.7. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-la na execução do contrato.
4.8. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital SGP-e por VANDERVAN NIVALDO DA SILVA VIDAL em 21/03/2019 às 18:28:54, conforme IN nº 02/2011/SEA.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento/ e informe o processo CBMSC 00000340/2019 e o código H547CC9N.

4.9. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
4.10. O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além das obrigações resultantes da observância da Lei no 8.666/93, são obrigações do Contratante o disposto na Minuta do Contrato, deste Edital.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A licitante vencedora obriga-se prestar os serviços ora licitados conforme Cláusula Quinta da Minuta do Contrato, deste Edital.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital SGP-e por VANDERVAN NIVALDO DA SILVA VIDAL em 21/03/2019 às 18:28:54, conforme IN nº 02/2011/SEA.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento/ e informe o processo CBMSC 00000340/2019 e o código H547CC9N.